

Roubar os deficientes é insultar a dignidade de um País

Daniel Oliveira (www.expresso.pt)

8:00 Quarta feira, 3 de outubro de 2012



0

Like 797

20 comentários



Nos países que se querem civilizados a sociedade organiza-se para **garantir aos deficientes, na medida em que isso seja possível, a mesma qualidade de vida, oportunidades de trabalho e direitos que aos restantes cidadãos.** E isso implica custos que, como um todo, assumimos.

O que o Estado português garante aos deficientes é muito pouco. Pouco mais de **200 euros de pensão social de invalidez** para quem, em grande parte dos casos, tem de gastar muitíssimo mais do que isso para garantir o que aos não deficientes sai de borla: a mobilidade e as capacidades físicas essenciais que para a maioria são tão naturais como respirar. O **subsídio de assistência por terceira pessoa** - que é dado a quem tenha uma pessoa deficiente a cargo que precise de assistência de pelo menos 30 horas por semana - é de **88 euros**. Dá cerca de cinquenta cêntimos por hora. O **subsídio mensal vitalício**, também para quem tenha uma pessoa deficiente a cargo com mais de 24 anos, para supostamente pagar todas as despesas, é de **177 euros**. Na realidade, não estamos a falar de subsídios mas sim de esmolas. Dinheiro que não daria para uma pessoa sem qualquer deficiência sobreviver.

Para além disto, os **produtos de apoio** - cadeiras de rodas, andarilhos, adaptações dos automóveis, próteses, fraldas, sondas ou algalias - são, em parte, suportados pelo Estado. Porque se tratam de despesas extra que o resto dos cidadãos não têm e que são indispensáveis para que estas pessoas vivam e trabalhem. O **orçamento para este apoio era de 12 milhões de euros anuais**. Em PPP's e BPN's são menos do que trocos. E correspondem a 40 António Borges por ano.

Como se não bastasse a ridicularia, o Estado decidiu **cortar 30% nesta despesa**. Para 8 milhões. Tem uma desculpa: a execução do ano passado foi baixa. Pois foi. Porque o despacho que a determinou chegou tarde e a más horas. E porque os deficientes se depararam, de forma sistemática, com desumanas recusas na atribuição destes apoios. E há verbas que deveriam ter sido transferidas para os hospitais em 2011 e nem em 2012 lá chegaram. **6 milhões (metade) ficaram na gaveta** apesar de tanta gente precisar deles e ver esse apoio, que lhes é devido, recusado. Conclusão: se o Estado consegue deixar estes cidadãos sem apoio, mais vale tirar isso do Orçamento.

Quando José Sócrates estava no governo decidiu **cortar nos benefícios fiscais dados aos deficientes**. Benefícios fiscais mais do que justificados. Porque, repito, para um deficiente viver com os mesmos direitos que os restantes cidadãos tem de gastar mais dinheiro. Esses **custos acrescidos** estão quantificados por um estudo do CES da Universidade de Coimbra. Variam **entre os 4.103€ e 25.307€ anuais** dependendo do tipo e grau de incapacidade. Mais do que os rendimentos de muitos destes cidadãos.

Na altura, escrevi sobre o assunto, tendo apoiado a oposição - toda ela -, que se revoltou com esta medida. O **PSD apresentou mesmo uma proposta de alteração ao orçamento de 2009 para repor esses benefícios. Chegado ao poder, esqueceu-se da sua indignação** e deixou tudo como estava. Garantido o voto, tudo pode continuar como antes.

Para se manifestarem contra o pornográfico corte que foi feito no ridículo orçamento para apoio aos deficientes e exigir que a maioria que suporta este governo seja coerente com o que defendeu quando estava na oposição, **centenas de deficientes estão em frente à Assembleia da República**. Mantive contacto com alguns organizadores e sou testemunha do enorme esforço logístico e humano que este combate lhes exige. Mas, sendo gente habituada a lutar pelos mais básicos dos direitos, não desistem e só de lá sairão quando o governo tiver a decência de voltar atrás neste crime. **Ainda não tinham chegado a São Bento e já estavam a vencer**. O Instituto Nacional para a Reabilitação anunciava o reforço da verba em cerca de 1 milhão de euros. Faltam os outros três milhões e os benefícios fiscais que lhes foram retirados pelo governo anterior. Que resistam. E que tenham de todos os cidadãos a solidariedade e apoio ativo que merecem.